

A SEMANA – 224

13 de setembro de 1896*

Dizem da Bahia que Jesus Cristo enviou um emissário à terra, à própria terra da Bahia, lugar denominado Gameleira, termo de Orobó¹ Grande. Chama-se este emissário Manuel da Benta Hora, e tem já um séquito superior a cem pessoas.²

Não serei eu que chame a isto verdade ou mentira. Podem ser as duas coisas, uma vez que a verdade confine na ilusão, e a mentira na boa-fé. Não tendo lido nem ouvido o Evangelho de Benta Hora, acho prudente conservar-me à espera dos acontecimentos. Certamente, não me parece que Jesus Cristo haja pensado em mandar emissários novos para espalhar algum preceito novíssimo. Não; eu creio que tudo está dito e explicado. Entretanto, pode ser que Benta Hora, estando de boa-fé, ouvisse alguma voz em sonho ou acordado, e até visse com os próprios olhos a figura de Jesus. Os fenômenos cerebrais complicam-se. As descobertas últimas são estupendas; tiram-se retratos de ossos e de fetos. Há muito que os espíritas afirmam que os mortos escrevem pelos dedos dos vivos. Tudo é possível neste mundo e neste final de um grande século.

Daí a minha admiração ao ler que a imprensa da Bahia aconselha ao governo faça recolher Benta Hora à cadeia. Note-se de passagem: a notícia, posto que telegráfica, exprime-se deste modo: “a imprensa pede ao governo mandar quanto antes que faça Benta Hora *apresentar as divinas credenciais* na cadeia...” Este gosto de fazer estilo,

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXII, n. 257, p. 1, 13 set. 1896), SEMMA (p. 356-360) e SEM1953 (v. 3, p. 273-279). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

¹ Orobó Grande] Obrobó-Grande – em GN e em SEMMA; Obrobó Grande – em SEM1953. Corrigimos a grafia do nome desta localidade na Bahia (nesta e nas ocorrências subsequentes) – o que se confirma no telegrama citado na nota 2, adiante. Inicialmente um ponto de pousada de viajantes, tornou-se depois uma fazenda, chamada Orobó Grande. Em torno da capela da fazenda surgiu uma povoação, que foi elevada a freguesia e distrito em 1884 com o nome de Santo Antônio dos Viajantes do Orobó Grande. Atualmente é a cidade de Ruy Barbosa.

² Telegrama enviado da Bahia em 5 de setembro de 1896, publicado na *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 250, p. 1, col. 1-2) no dia 6, informa que “na localidade Gameleira, termo de Orobó Grande, apareceu um emissário de Cristo com plenos poderes, chamado Manuel da Benta Hora, tendo já cortejo superior a cem pessoas. A imprensa pede ao governo mandar quanto antes que faça Benta Hora apresentar as divinas credenciais na cadeia, a fim de evitar que o caso tome proporções que teve o de Antônio Conselheiro.”

embora pelo fio telegráfico, é talvez mais extraordinário que a própria missão do regente apóstolo. O telégrafo é uma invenção econômica, deve ser conciso e até obscuro. O estilo faz-se por extenso em livros e papéis públicos, e às vezes nem aí. Mas nós amamos os ricos vestuários do pensamento, e o telegrama vulgar é como a tanga, mais parece despir que vestir. Assim explico aquele modo faceto de noticiar que querem meter o homem na cadeia.

Isto dito, tornemos à minha admiração. Não conhecendo Benta Hora, não crendo muito na missão que o traz (salvo as restrições acima postas), não é preciso lembrar que não defendo um amigo, como se pode alegar dos que estão aqui acusando o padre Dantas, vice-governador de Sergipe, por perseguir os padres da oposição. Em Sergipe, onde o governo é quase eclesiástico, não há necessidade de novos emissários do céu; as leis divinas estão perpetuamente estabelecidas, e o que houver de ser, não inventado, mas definido, virá de Roma. Assim o devem crer todos os padres do Estado, sejam da oposição, ou do governo, Olímpios, Dantas ou Jônatas.³ Portanto, se alguns forem ali presos, não é porque se inculquem portadores de novas regras de Cristo, mas porque, unidos no espiritual, não o estão no temporal. A cadeia fez-se para os corpos. Todos eles têm amigos seus, que os acompanham no infortúnio, como na prosperidade; mas tais amigos não vão atrás de uma nova doutrina de Jesus, vão atrás dos seus padres.

É o contrário dos cento e tantos amigos de Benta Hora; esses, com certeza, vão atrás de algum Evangelho. Ora, pergunto eu: a liberdade de profetar não é igual à de escrever, imprimir, orar, gravar? Ninguém contesta à imprensa o direito de pregar uma nova doutrina política ou econômica. Quando os homens públicos falam em nome da opinião, não há quem os mande apresentar as credenciais na cadeia. E desses, por três que digam verdade, haverá outros três que digam outra coisa, não sendo natural que todos deem o mesmo recado com ideias e palavras opostas. Donde vem então que o triste do Benta Hora deva ir confiar às tábuas de um soalho as doutrinas que traz para um povo inteiro, dado que a cadeia de Orobó Grande seja assoalhada?

³ John Gledson (2013, p. 274) informa que são três “sacerdotes envolvidos na política turbulenta do Sergipe”. Antônio Leonardo da Silveira Dantas (1858-1919) foi governador do Sergipe de 28 de julho a 3 de setembro de 1896 e de 6 a 23 de outubro de 1896. No segundo período de governo, enfrentou uma tentativa de golpe, contido com o auxílio das tropas federais. Era amigo pessoal de Fausto de Aguiar Cardoso (1862-1906) – informação relevante para o entendimento do que se segue. Dantas foi deputado estadual por duas legislaturas entre 1894-1895 e 1896-1897. Quando estava na presidência da assembleia legislativa assumiu o governo do Estado. O padre Olímpio de Sousa Campos (1853-1906), opositor político de Dantas, foi deputado federal entre 1893 e 1899. Em 1896 e 1897, sofreu atentados à sua vida; foi assassinado quando era senador, no Rio de Janeiro, por dois filhos de Fausto Cardoso (ver ilustração ao final desta crônica) que, dois meses antes, havia sido eliminado em Aracaju. Quanto ao terceiro político, telegramas enviados de Aracaju, e publicados no *Jornal do Commercio* (ano 75, n. 254, p. 1, col. 1, 10 set. 1896; e n. 255, p. 1, col. 8, 11 set. 1896), informam que o deputado padre Jônatas foi preso em 9 de setembro de 1896, e “restituído à liberdade” no dia seguinte. Não conseguimos mais informações sobre esse personagem histórico.

Lá porque o profeta é pequeno e obscuro, não é razão para recolhê-lo à enxovia. Os pequenos crescem, e a obscuridade é inferior à fama unicamente em contar menor número de pessoas que saibam da profecia e do profeta. Talvez esta explicação esteja em La Palisse, mas esse nobre autor tem já direito a ser citado sem se lhe pôr o nome adiante.⁴ Os obscuros surgirão à luz, e algum dia aquele pobre homem da Gameleira poderá ser ilustre. Se, porém, o motivo da prisão é andar na rua, pregando, onde fica o direito de locomoção e de comunicação? E se esse homem pode andar calado, por que não andar falando? Que fale em voz baixa ou média, para não atordoar os outros, sim, senhor, mas isso é negócio de admoestação, não de captura.

Agora se a alegação para a captura é a falsidade do mandato, cumpre advertir que, antes de tudo, é mister prová-lo. Em segundo lugar, nem todos os mandatos são verdadeiros, ou, por outra, muitos deles são arguidos de falsos, e nem por isso deixam de ser cumpridos; porquanto a falsidade de um mandato deduz-se da opinião dos homens, e estes tanto são veículos da verdade como da mentira. Tudo está em esperar. Quantos falsos profetas por um verdadeiro! Mas a escolha cabe ao tempo, não à polícia. A regra é que as doutrinas e as cadeias se não conheçam; se muitas delas se conhecem, e a algumas sucede apodrecerem juntas, o preceito legal é que nada saibam umas das outras.

Quanto à doutrina em si mesma, não diz o telegrama qual seja; limita-se a lembrar outro profeta por nome Antônio Conselheiro. Sim, creio recordar-me que andou por ali um oráculo de tal nome; mas não me ocorre mais nada. Ocupado em aprender a minha vida, não tenho tempo de estudar a dos outros; mas, ainda que esse Antônio Conselheiro fosse um salteador, por que se há de atribuir igual vocação a Benta Hora? E, dado que seja a mesma, quem nos diz que, praticado com um fim moral e metafísico, saltar e roubar não é uma simples doutrina? Se a propriedade é um roubo, como queria um publicista célebre,⁵ por que é que o roubo não há de ser uma propriedade? E que melhor método de propagar uma ideia que pô-la em execução? Há, em não me lembra já que livro de Dickens, um mestre-escola que ensina a ler praticamente;⁶ faz com que os pequenos soletrem uma oração, e, em vez da seca análise gramatical, manda praticar a

⁴ Jacques de La Palisse (1470-1525) – nobre e militar francês – não era escritor. Não encontramos a informação de que La Palisse o tenha sido. “Conta-se que os soldados que ele comandava compuseram em sua honra uma canção em que havia estes versos: O senhor de La Palisse / Morreu em frente a Pavia; / Minutos antes da morte, / Podem crer, inda vivia.” (LELLO universal em 4 volumes, v. III, p. 24) John Gledson (ASSIS, 2013, p. 275), em nota à sua edição desta crônica, anotou: “Uma verdade de La Palisse é uma verdade óbvia”. Em português, temos “lapalissada”: “afirmação simplória que expressa uma evidência banal, truismo”. (Ver HOUAISS, 2001; e ver, também, GLEDSON, *Machadiana Eletrônica*, v. 4, n. 8, p. 161-166, jul.-dez. 2021)

⁵ John Gledson (ASSIS, 2013, p. 276), em nota à edição desta crônica, registrou: “‘A propriedade é um roubo’, frase famosa de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).”

⁶ John Gledson (ASSIS, 2013, p. 276), em nota à edição desta crônica, anotou: “O livro é *Hard Times* (1854); o mestre-escola, Mr. Gradgrind.”

ideia contida na oração; por exemplo, *eu lavo as vidraças*, o aluno soletra, pega da bacia com água e vai lavar as vidraças da escola; *eu varro o chão*, diz outro, e pega da vassoura, etc., etc. Esse método de pedagogia pode ser aplicado à divulgação das ideias.⁷

Fantasia, dirás tu. Pois fiquemos na realidade, que é o aparecimento do profeta de Orobó Grande, e o clamor contra ele. Defendamos a liberdade e o direito. Enquanto esse homem não constituir partido político com os seus discípulos, e não vier pleitear uma eleição, devemos deixá-lo na rua e no campo, livre de andar, falar, alistar crentes ou crédulos, não devemos encarcerá-lo nem depô-lo. O caboclo da Praia Grande⁸ viu respeitar em si a liberdade. Se Benta Hora, porém, trocando um mandato por outro, quiser passar do espiritual ao temporal e...



⁷ A partir de 1870, iniciou-se no Brasil um processo de renovação dos programas da escola primária. Rui Barbosa – designado relator de uma Comissão de Instrução Pública – apresentou ao parlamento, em 12 de setembro de 1882, dois pareceres: um sobre a reforma do ensino secundário e superior, e outro sobre o ensino primário. Em 1883, os pareceres foram publicados. Esses documentos foram elaborados para servir de subsídio à discussão de projeto de reforma do ensino primário, secundário e superior no Rio de Janeiro e em todo o país, em substituição à reforma instituída por Leôncio de Carvalho em 1879. Rui Barbosa, engajado na reforma educacional, traduziu o método de ensino intuitivo de Norman Allison Calkins intitulado *Primary object lessons*, que foi publicado no Brasil em 1886 com o título *Primeiras lições de coisas*. (Ver SOUZA, 2000) O cronista se referiu a esse “método de pedagogia” em “A Semana – 170”, crônica de 1º de setembro de 1895, editada e anotada por John Gledson (*Machadiana Eletrônica*, v. 4, n. 8, p. 207-212, 2021), que fez o seguinte registro: “O ensino ‘pelas coisas e não pelas palavras’ foi muito difundido no fim do século XIX”.

⁸ Caboclo da Praia Grande foi um curandeiro que residia em Niterói (Praia Grande). Segundo a *Gazeta de Notícias* (ano XV, n. 101, p. 1, col. 5, 11 abr. 1889), em matéria intitulada “Os curandeiros”, “Niterói é o ponto escolhido pelos curandeiros, espíritas ou não, que ali exercem desassombadamente a sua indústria, tão lucrativa quanto indigna.” No *Jornal do Commercio* (ano 70, n. 239, p. 5, col. 2), de 27 de agosto de 1892, lê-se: “Quando os médicos prognosticam a morte de um doente, só resta entregá-lo à ciência infalível do caboclo da Praia Grande”. Sobre as contradições da repressão ao exercício ilegal da medicina, ver nota 9, de John Gledson, em “A Semana – 178” (*Machadiana Eletrônica*, v. 4, n. 8, p. 261-266, jul.-dez. 2021).

O MALHO

O ASSASSINATO DE MONSENHOR OLYMPIO DE CAMPOS

Os filhos do Dr. Fausto Cardoso resolveram vingar a morte de seu pai que, como os leitores sabem, foi vítima da carabina de um soldado da força federal, sob o comando do general Firmino Rego, na ocasião em que este dava suas ordens para que fosse desocupado o palácio do governo, em Aracaju, a fim de dar posse às autoridades legais, depostas, em virtude de um movimento revolucionário, a que não fora estranho o mallogrado deputado.

Com esta idéia fixa, os filhos dessa vítima da politica encontraram, no dia 9, o senador mosenhor Olympio de Campos, chefe politico de Sergipe, irmão do governador legal; e, vendo nelle a pessoa sobre quem deveria recahir o peso da vingança, assassinaram-no com treze ferimentos de tiro de revolver e faca!

O facto doloroso causou enorme sensação, commettido como foi numa praça de grande movimento, ás 2 horas da tarde, contra um homem revestido do habito de ministro da igreja e que, afinal, era um senador da Republica.

Monsenhor Olympio de Campos procurou fugir dos seus aggressores e dizem que tambem defender-se com mais energia: ponto esse que pouco importa á parcialidade alarmante com que o facto foi apreciado.

O *Malho* lamenta profundamente esse crime que não aproveitou a ninguém, manchando a vida de dous ou tres moços e as paginas da politica republicana, tao cheias de *Saude e fraternidade...* no papel.

Devemos todos fazer votos e quebrar lanças para que se não implantem estes costumes selvagens num paiz que tanto se preza de ser civilisado.

Fazemos nossas as palavras de Ruy Barbosa no Senado.

«Levantando a sessão em obediencia ao acto do Senado, exprime não só a magua do Senado pela perda de um dos seus membros mais respeitaveis, como justo horror desta assembléa pelo crime odioso e selvagem, que com sacrificio de um innocente, revoltou na sociedade brasileira os seus sentimentos de justiça e de humanidade.»



Monsenhor Olympio de Campos
SENADOR FEDERAL POR SERGIPE E CHEFE POLITICO DE
INCONTESTAVEL VALOR E NOMEADA



NA PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO (ANTIGO LARGO DO PAÇO): —Humberto e Armando Cardoso, filhos do fallecido deputado Dr. Fausto Cardoso, em companhia de Delio Guaraná, atacam mosenhor Olympio de Campos, produzindo-lhe ferimentos que lhe causaram a morte. A' falta de policia, transeuntes espavoridos procuram acudir.

Assassinato do mosenhor Olímpio de Campos
FONTE: *O Malho*, ano 5, n. 218, [p. 17], 17 nov. 1906.

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

GN – *Gazeta de Notícias*.

SEMMA – *A Semana*, edição Mário de Alencar, 1922.

SEM1953 – *A Semana*, edição W. M. Jackson, 1953, 3v.

Referências

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 257, p. 1, 13 set. 1896. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=14903>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Edição coligida por Mário de Alencar. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. (Org.) Aloizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008. 4v.

ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. Organização, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/867>>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/993>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SOUZA, R. F. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES* (Impresso), Campinas, ano XX, n. 51, p. 9-28, 2000.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

Sites consultados para a elaboração das notas

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Barbosa_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Barbosa_(Bahia))

<http://www.culturatura.com.br/estados/se/governos.htm>

https://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/detalhe_governador1.jsp?id=5

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2159>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ol%C3%ADmpio_Campos